

HÁBITOS E PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE ACADÊMICOS DO CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DE SANTA CATARINA

Priscila Mari dos Santos, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Santa Catarina, Brasil

Bianca Pereira da Silva, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, Santa Catarina - Brasil

Silvia Rosane Parcias, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, Santa Catarina - Brasil

Alcyane Marinho, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, Santa Catarina - Brasil

RESUMO

Este estudo objetivou investigar os hábitos e a percepção socioambiental de acadêmicos do curso de Bacharelado em Educação Física de uma universidade pública de Santa Catarina. Realizou-se uma pesquisa descritiva exploratória, com abordagens quantitativa e qualitativa. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário adaptado da base de instrumentos de percepção ambiental do Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental da Faculdade Brasileira UNIVIX. Participaram voluntariamente da pesquisa 105 acadêmicos regularmente matriculados da 2ª fase em diante no curso de Bacharelado em Educação Física. As informações coletadas foram analisadas por meio da estatística descritiva (abordagem quantitativa) e por meio da técnica de análise de conteúdo (abordagem qualitativa). Os resultados encontrados indicam, entre outras questões, que a maioria dos acadêmicos tem interesse por assuntos relacionados ao tema socioambiental, embora acredite que a universidade não prepara os futuros profissionais para lidarem com a temática. Apesar de a maior parte dos alunos ter informado perceber as luzes acesas em diferentes espaços universitários, e em todos os períodos do dia, muitos continuam reproduzindo este hábito. Parece que as mudanças necessárias nesse contexto socioambiental dependem de alterações nas condições físicas e materiais, assim como da aquisição de conhecimentos sobre o tema.

Palavras-Chave: Hábitos; Percepção; Ambiente; Educação ambiental; Educação Física.

HABITS AND ENVIRONMENTAL PERCEPTIONS OF ACADEMIC COURSE OF BACHELOR IN PHYSICAL EDUCATION OF A PUBLIC UNIVERSITY OF SANTA CATARINA

ABSTRACT

This study aimed to investigate the habits and the environmental awareness of students of Bachelor of Physical Education at a public university in Santa Catarina. We conducted an exploratory descriptive research with quantitative and qualitative approaches. As an instrument of data collection, a suitable base instruments of environmental perception of the Center for Studies in Environmental Perception of Brazilian College UNIVIX questionnaire was used. Participated voluntarily in the study 105 students enrolled in the 2nd stage onwards in the course of Bachelor of Physical Education. The data collected were analyzed using descriptive statistics (quantitative approach) and using the technique of content analysis (qualitative approach). The results indicate, among other things, that most academics have interest in issues related to environmental theme, although I believe that the university does not prepare future professionals to deal with the issue. Although most students have entered notice the lights on in different campuses, and at all times of the day, many continue playing this habit. It seems that the necessary changes in environmental context depend on changes in the physical and material conditions as well as the acquisition of knowledge on the subject.

Key-Words: Habits; Perception; Environment; Environmental education; Physical Education.

HÁBITOS Y PERCEPCIONES AMBIENTALES DEL CURSO ACADÉMICO DE LICENCIATURA EN EDUCACIÓN FÍSICA DE UNA UNIVERSIDAD PÚBLICA DE SANTA CATARINA

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo investigar los hábitos y la conciencia ambiental de los estudiantes de la Licenciatura en Educación Física en una universidad pública en Santa Catarina. Se realizó un estudio descriptivo exploratorio con enfoques cuantitativos y cualitativos. Como instrumento de recolección de datos, se utilizó una base de instrumentos adecuados de percepción ambiental del Centro de Estudios de Percepción Ambiental del cuestionario brasileño Colegio UNIVIX. Participaron voluntariamente en el estudio 105 estudiantes matriculados en el segundo etapa en adelante en el curso de Licenciatura en Educación Física. Los datos obtenidos fueron analizados utilizando estadística descriptiva (enfoque cuantitativo) y el uso de la técnica de análisis de contenido (enfoque cualitativo). Los resultados indican, entre otras cosas, que la mayoría de los académicos tienen interés en los temas relacionados con el tema del medio ambiente,

Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 2, p. 29-53, abr./jun. 2015.
ISSN: 1983-9030

aunque creo que la universidad no prepara a los futuros profesionales para hacer frente a la cuestión. Aunque la mayoría de los estudiantes han entrado en aviso las luces encendidas en diferentes campus, y en todos los momentos del día, muchos siguen jugando a este hábito. Parece que los cambios necesarios en el contexto del medio ambiente dependen de los cambios en la física y las condiciones materiales, así como la adquisición de conocimientos sobre el tema.

Palabras-Clave: Hábitos; Percepción; Medio ambiente; Educación ambiental; Educación Física.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea provocou uma expansão dos horizontes do conhecimento, no entanto, trouxe com ela uma série de efeitos nocivos ao meio ambiente* e à vida humana. Os avanços científicos e tecnológicos permitiram ao ser humano empreender um ritmo acelerado de produção de bens e serviços, requerendo cada vez mais recursos naturais. Na base desta dinâmica, pode-se encontrar uma visão de crescimento ilimitado e de inesgotabilidade dos recursos naturais, provocando a degradação da natureza e originando uma série de problemas socioambientais, os quais, além de outras específicas, estão afetando os próprios seres humanos.¹

Nesse sentido, urge que se efetivem ações em todos os níveis e âmbitos, ampliando o círculo de pessoas, redes, instituições, engajadas na busca de soluções e superação destas questões¹. Diante disso, considera-se necessário o redirecionamento das discussões socioambientais para o âmbito educacional, uma vez que este segmento da sociedade - a educação - está sendo entendido como o elemento chave para a efetivação de mudanças significativas requeridas na contemporaneidade.²

Conforme ressalta Jacobi,³ no contexto dos ambientes educacionais, vislumbra-se uma possibilidade fértil para a multiplicidade de saberes acerca das questões que envolvem o homem e o ambiente. Nessa direção, estratégias de educação ambiental se apresentam como alternativas para a abordagem do tema, especialmente no que se refere às inter-relações entre seres humanos e ambiente, viabilizando a disseminação de valores morais, comportamentais e éticos.

A educação ambiental está sendo aqui compreendida como educação política, capaz de possibilitar a participação e o engajamento crítico e criativo das pessoas, uma vez que pode fomentar relações de respeito e de comprometimento, sensibilizando os seres humanos

* Etimologicamente, “meio” (do latim *medium*) pode ser entendido como o lugar e o contexto imediato, nos quais se encontra ou se movimenta qualquer ser vivo. Por sua vez, “ambiente” (do latim *ambire*) é o que está periférico, que envolve o ser vivo, o seu entorno imediato, completando e reforçando a ideia de “meio”. Assim, o uso isolado ou conjunto dos dois termos (um pleonasma justificável) não modifica o significado essencial daquilo que representam, em seus respectivos contextos. Dessa forma, neste estudo optou-se pela utilização do termo “ambiente” apenas.

Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 2, p. 29-53, abr./jun. 2015.

ISSN: 1983-9030

para uma nova relação consigo mesmo e com os outros, por meio da busca da formação de cidadãos para uma consciência local e planetária no sentido de reivindicar justiça social, cidadania e ética nas relações sociais e com o ambiente.³⁻⁵

Conforme salienta Sorrentino,⁶ muitas vezes, a educação ambiental é entendida no singular, como uma possibilidade unidimensional. Para dar sentido a todas as suas dimensões é preciso entendê-la em um contexto múltiplo de possibilidades e interesses, como parte de uma teia complexa de relações, influenciando e sendo influenciadas, não devendo ser responsabilizadas isoladamente por qualquer mudança pretendida.

No Brasil, a educação ambiental ainda passa por empecilhos para que seja implantada e desenvolvida, de forma transversal e transdisciplinar, em todos os níveis de ensino, nas instâncias formal e não formal, conforme preveem diferentes documentos legais.⁷⁻¹⁰ No contexto das Instituições de Ensino Superior, especificamente, há ausência significativa nos cursos de graduação e de pós-graduação de um direcionamento sobre as questões ambientais. Diante disso, é premente a inclusão da temática ambiental nas universidades, haja vista que esses espaços frequentemente servem de referência para toda a sociedade.²

11

Nessa direção, é preciso possibilitar vez e voz aos indivíduos de determinado contexto.¹² Os sentidos humanos estão entre o que se pode considerar as principais fontes de informações sobre o ambiente. Assim, cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente em relação ao ambiente em que está inserido. O comportamento decorrente é o resultado das percepções (individuais e coletivas) dos processos cognitivos, julgamentos, expectativas e vivência de cada um. A percepção ambiental pode ser entendida como a visão de como cada indivíduo sente o ambiente que o cerca, e o que o leva, a partir dessa percepção, a influenciar, positiva ou negativamente, as pessoas e o ambiente.¹³

Estudos de percepção ambiental permitem compreender melhor a inter-relação dos seres humanos com o ambiente, seus anseios, critérios de julgamentos e condutas, inferidos a partir da análise de diferentes segmentos educacionais formadores de opinião, tais como alunos e professores de instituições de ensino, em diferentes níveis e nas mais distintas áreas do conhecimento.¹⁴ Pesquisas realizadas por Fernandes e Pelissari¹³ e Silva et al.¹⁵ são alguns exemplos de investigações que visam o estudo e da percepção ambiental nesses segmentos educacionais. No entanto, não foram identificados, no cenário nacional, estudos desse teor relacionados especificamente à Educação Física.

Domingues, Kunz e Araújo¹⁶ apontam a crescente atuação profissional desta área, de modo direto e indireto, em atividades que proporcionam estreita relação entre o ser humano e o ambiente natural. Em contrapartida, alertam para a atual lógica de formação inicial universitária conduzida de forma burocrática e fragmentada, considerando que as diretrizes da educação ambiental orientam buscar sentido e significado em cada ato, construindo conhecimento a partir dos problemas identificados no cotidiano da vida das pessoas.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, os futuros bacharéis dessa área devem ter uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da sua intervenção acadêmico-profissional, pautada na conduta ética, no rigor científico e na reflexão filosófica. Os egressos dos cursos de Bacharelado em Educação Física devem estar qualificados para analisar criticamente a realidade social, nela intervindo com vistas a ampliar e enriquecer o repertório cultural das pessoas por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano. Dentre as dimensões do conhecimento a serem abrangidas na formação inicial dessa área, descritas nessas Diretrizes, destaca-se, aqui, aquela referente à relação ser humano-sociedade. Da mesma forma, entre as questões pertinentes a serem incluídas no trato dos conhecimentos da formação do Bacharel em Educação Física, enfatiza-se a educação ambiental.¹⁷

Frente a esse cenário, destaca-se a área Educação Física como espaço importante de investigação e intervenção, especialmente por estabelecer relações entre os seus diferentes

campos de atuação profissional, por meio do movimento humano, com o ambiente e a sociedade.^{1, 4, 16, 18-19} Além disso, sendo a universidade um dos locais responsáveis pela formação dos alunos, acredita-se que ela deva possibilitar espaços para a realização de atividades que promovam estudos e intervenções sobre as questões ambientais relacionadas à qualidade de vida e à saúde,²⁰ fato timidamente explorado no âmbito educacional aqui investigado, apontando uma perspectiva inovadora desta pesquisa.

Partindo dessas considerações, o presente estudo foi desenvolvido com o objetivo de investigar os hábitos e a percepção socioambiental dos acadêmicos do curso de Bacharelado em Educação Física de uma universidade pública de Santa Catarina. É pertinente esclarecer a opção, neste estudo, pela expressão educação socioambiental, entendendo que nas questões ambientais necessariamente estão inseridas as questões sociais, uma exercendo influência sobre a outra. Contudo, ao serem discutidos autores de diferentes áreas do conhecimento, suas opções terminológicas foram mantidas. Por isso, a ocorrência de ambos os termos ao longo deste artigo.

METODOLOGIA

Realizou-se uma investigação descritiva exploratória com abordagens quantitativa e qualitativa dos dados. Participaram do estudo 105 acadêmicos de uma universidade pública de Santa Catarina regularmente matriculados da 2ª fase em diante no curso de Bacharelado em Educação Física. A opção em não investigar os alunos da 1ª fase se deu pelo fato de terem ingressado no curso em um período muito próximo da realização da coleta de dados desta pesquisa (agosto a setembro de 2013), além de se acreditar não haver tempo hábil para esses acadêmicos construir hábitos e percepções referentes ao ambiente universitário. Assim, a pesquisa foi desenvolvida com todos os alunos que aceitaram participar voluntariamente deste estudo, não sendo aplicados procedimentos de amostragem probabilísticos.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário adaptado da Base de Instrumentos de Percepção Ambiental do Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental

Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 2, p. 29-53, abr./jun. 2015.
ISSN: 1983-9030

(NEPA) da Faculdade Brasileira UNIVIX, localizada em Vitória (ES). Esse núcleo é reconhecido nacionalmente por seus estudos relacionados à percepção ambiental, particularmente, por intermédio de parcerias com o Ministério da Educação. Para adaptar um dos instrumentos do NEPA ao contexto da presente investigação, realizou-se um processo de validação de conteúdo e avaliação de clareza de linguagem, seguindo as orientações de Santos e Gheller,²¹ cientes dos limites dessa técnica, mas com o rigor científico necessário para tal.

O questionário validado foi organizado em dois blocos: 1) características gerais dos participantes do estudo, contendo oito questões (sexo; idade; ano e semestre de ingresso e de previsão de conclusão do curso; e participação em atividades extracurriculares); 2) hábitos e percepção socioambiental, com 16 perguntas abertas e fechadas (frequência semanal e períodos do dia na universidade; hábito de separar os resíduos produzidos no contexto universitário; percepção de luzes acesas na universidade; interesse pelos assuntos socioambientais; momento adequado para inserir a temática socioambiental na educação; abordagem do tema durante a formação profissional em Educação Física; percepção do currículo do curso acerca da temática socioambiental; preparação profissional para lidar com os problemas socioambientais; participação e interesse em participar de iniciativas de qualificação profissional sobre o tema na universidade; grau de incomodo com diferentes tipos de poluição na universidade; percepção de danos causados ao ambiente universitário; e percepção de ações e sugestões para a melhoria das condições desse ambiente).

Após a aprovação do projeto de pesquisa que originou este artigo pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), número de parecer 317.176 de 26/6/2013, os acadêmicos foram convidados via e-mail, inicialmente, para responder o questionário disponibilizado virtualmente por meio da plataforma *Google Docs*. Ao aceitarem participar voluntariamente do estudo, no primeiro acesso a essa plataforma receberam todas as informações sobre a pesquisa, e responderam “sim” ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo a opção de imprimi-lo. Este procedimento foi adotado para evitar o desperdício de papel,

Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 2, p. 29-53, abr./jun. 2015.
ISSN: 1983-9030

haja vista a temática que envolve este estudo, contudo, como não houve muitos adeptos ao meio eletrônico, outros alunos foram contados pessoalmente nas salas de aulas da universidade durante o período de coleta de dados. Nestas ocasiões, os alunos também receberam todas as informações sobre a pesquisa e assinaram o TCLE quando concordaram com sua participação no estudo.

Os dados coletados foram organizados e analisados com a utilização do programa computacional *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, versão 17.0, no que se concerne à abordagem quantitativa. Aplicou-se a estatística descritiva por meio de medidas como média, desvio padrão, frequência simples e percentual. Para a abordagem qualitativa, empregou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme orientações de Bardin,²² sendo estabelecidas categorias de análise, com o auxílio organizacional do programa computacional NVivo, versão 9.2.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sobre as características dos 105 participantes deste estudo, encontrou-se que a média de idade é de 21,9±3,6 anos, sendo que o acadêmico mais novo tem 17 anos e o mais velho 35. Entre esses, 41% (43) são do sexo feminino e 59% (52) do sexo masculino. Constatou-se que 52,4% (55) dos estudantes estão matriculados nas fases iniciais (de dois a cinco semestres) e 47,6% (50) nas fases finais (de seis a nove semestres).

Faz-se necessário apontar que o curso de Bacharelado em Educação Física em questão tem oito semestres, podendo ser finalizado em quatro anos,²³ estando de acordo com o disposto na Resolução nº 4, de 6 de abril de 2009, a qual dispõe sobre a carga horária mínima e sobre os procedimentos relativos à integralização dos cursos de graduação dessa área²⁴. No entanto, como há alunos que cursam algumas disciplinas em semestres posteriores ou precisam repeti-las em virtude de reprovação, encontrou-se neste estudo acadêmicos que estão há nove semestres na universidade.

Quase todos os estudantes, 94,3% (99), frequentam a universidade de quatro a cinco vezes na semana, e todos no período matutino. Apenas um aluno informou que está presente na universidade durante seis dias da semana. Este resultado era esperado tendo em vista que as disciplinas da grade curricular do curso em questão estão distribuídas cinco vezes na semana no período matutino.²³

Apesar de as aulas serem ministradas pela manhã, 59% (62) dos alunos também frequentam o ambiente universitário no período vespertino e 16,2% (17) no período noturno. Estes resultados podem ser devidos à participação em atividades extracurriculares no contraturno, tendo em vista que 43,8% (46) dos acadêmicos afirmaram participar de atividades como: laboratório de pesquisa, 16,2% (17); projeto de extensão, 22,9% (24); monitoria de disciplinas, 7,6% (8); bolsista de apoio discente, 7,6% (8); e diretório acadêmico, Associação Atlética do Curso, ou Programa de Educação Tutorial (PET), 4,8% (5).

No que se refere aos hábitos e à percepção socioambiental, indagou-se, inicialmente, a percepção dos acadêmicos sobre luzes mantidas acesas em diferentes espaços da universidade. A maioria afirmou que tem esta percepção em distintos espaços e períodos do dia. Dentre as opções de espaços apresentadas aos acadêmicos (salas de aulas; cantina; biblioteca; corredores e pátio; sala de informática; ginásio; banheiros e vestiários; laboratórios de pesquisa; clínica de fisioterapia; pista e campo; piscina), encontrou-se que eles são percebidos mais frequentemente com luzes acesas nos períodos matutino e noturno, principalmente nas salas de aulas, na cantina, na biblioteca e nos banheiros.

Os acadêmicos informaram acreditar que embora, em muitas ocasiões, a iluminação solar poderia ser suficiente para esses espaços, especificamente no período matutino, as luzes acesas são mantidas acesas devido às condições arquitetônicas e materiais, as quais, segundo eles, são desfavoráveis ao aproveitamento da luminosidade natural do dia. Deve-se salientar que essas percepções estão diretamente relacionadas aos espaços universitários

mais frequentados pelos alunos e aos períodos do dia nos quais eles estão presentes nesses locais.

Acredita-se na relevância de investigar percepções desse teor, tendo em vista que as mudanças necessárias no ambiente universitário devem perpassar pela participação de todos os indivíduos envolvidos nesse contexto. As principais informações sobre determinada situação ambiental podem ser obtidas a partir das percepções humana, o que permite vislumbrar um processo construtivo de educação ambiental, pautado na ideia de participação efetiva dos indivíduos.^{12,14}

Como mostra Sorrentino,⁶ na tentativa de promoção da cidadania planetária que tenha como meta decodificar e enfrentar os fatores que ameaçam a existência humana, além do incentivo e apoio a ações locais, inovadoras e criativas que visam à superação de diferentes aspectos referentes à luta cotidiana pela sobrevivência e melhor qualidade de vida, é preciso despertar, em todos e em cada um, o sentido de “pertencimento”, participação e responsabilidade na busca de respostas locais e globais. Segundo o autor, essas questões perpassam, dentre outros fatores, pela estimulação de grupos e indivíduos ao debate sobre a temática ambiental.

Os alunos também foram questionados sobre o hábito de separar os resíduos produzidos na universidade, sendo que a maior parte deles afirma ter este hábito, 72,4% (76). Apenas 27,6% (29) informaram não separar esses resíduos, sendo que há aqueles (11) que justificaram sua resposta apontando que não há lixeiras adequadas em todos os espaços universitários para que seja possível a separação, apontando apenas a cantina como local no qual podem ser encontradas lixeiras específicas para depositar cada tipo de resíduo. Por outro lado, quatro acadêmicos consideram que não há informações suficientes e/ou que a identificação das lixeiras que existem não é clara, dificultando a separação dos resíduos, especialmente para aqueles (2) que afirmaram não ter conhecimento ou não saber diferenciar as cores das lixeiras.

Estas justificativas foram observadas, também, por três acadêmicos que informaram não separar os resíduos porque geralmente estão com pressa e têm que depositá-los nas lixeiras mais próximas, as quais, muitas vezes, não estão em quantidade suficientes, tampouco identificadas. Trata-se do mesmo caso de dois alunos que afirmaram depositar seus resíduos nas lixeiras da sala de aula, as quais não oferecem condições para separação.

Três acadêmicos, ainda, informaram que algumas lixeiras com cores específicas estão sempre cheias ou que mesmo quando identificadas, há resíduos misturados. Conforme explica um deles: *“mesmo sabendo que cada um deve fazer a sua parte quando vou jogar algo no lixo até penso em jogar na lixeira certa, mas olho dentro do latão e está tudo misturado. Então, penso que não adianta muito”*. Um acadêmico ainda demonstra preocupação com o destino dos resíduos separados. Em sua opinião *“teria que verificar se passa o caminhão da coleta seletiva na rua da universidade, e se ele realmente passar, se é designado um local específico para o lixo separado ser colocado”*.

Estes resultados mostram que, em alguns casos, a falta de um hábito favorável ao ambiente está relacionada às condições físicas e materiais disponíveis ou não. Em contrapartida, muitas vezes também há falta de informações e, como afirma um dos participantes do estudo: *“faltam ações que estimulem os frequentadores a separarem o lixo”*. É pertinente informar que também existem acadêmicos (5) que apenas reconhecem não ter este hábito, seja por *“falta de costume”* (2), por esquecimento (1), por não observar devidamente as lixeiras (1), ou por afirmar não produzir resíduos na universidade (1).

Quanto ao interesse em participar de eventos, palestras, cursos, projetos, pesquisas ou atividades sobre a temática socioambiental na universidade, 68,6% (70) dos acadêmicos informaram não ter participado nos últimos dois anos. Dentre os 31,4% (33) que responderam ter participado de alguma iniciativa oferecida no centro da universidade que estudam sobre a temática socioambiental, 20 exemplificaram palestras e oficinas do Projeto de Ensino Meio Ambiente por Inteiro (PMAPI); sete descreveram apenas iniciativas como palestras, oficinas ou cursos, mas sem especificar o nome ou se faziam

parte de algum projeto; três afirmaram não recordar o nome das iniciativas; um acadêmico informou ter participado de uma semana sobre meio ambiente; outro apontou um campeonato de futebol; e um aluno não especificou qual atividade participou. Em contrapartida, se fossem oferecidas mais iniciativas sobre a temática, 71,4% (75) afirmam que participariam.

Tendo em vista que o PMAPI foi frequentemente mencionado pelos alunos, cabe explicar que se trata de um ciclo de oficinas e palestras sobre educação ambiental e qualidade de vida como parte de um projeto de ensino mais amplo, o qual vem sendo desenvolvido no contexto universitário investigado desde o ano de 2011. O principal objetivo dessa iniciativa é sensibilizar a comunidade acadêmica para questões socioambientais e suas relações com a qualidade de vida, além de possibilitar o trabalho em conjunto de alunos e professores interessados, capacitando-os para auxiliar em todas as etapas de organização do projeto. Por meio de ações práticas, sua metodologia é organizada em quatro etapas para serem desenvolvidas ao longo de cada ano: 1) planejamento geral, com divisão dos organizadores em comissões específicas; 2) elaboração da programação do evento do projeto (ciclo de oficinas e palestras) e do plano de divulgação; 3) realização do evento; e 4) avaliações e relatório final.²⁰

Entre os demais resultados deste estudo, encontrou-se que a maioria dos alunos considera que o momento mais apropriado para inserir essa temática no contexto educacional seria o ensino infantil, 62,9% (66), ou o fundamental, 37,1% (39). Nessa direção, faz-se necessário mencionar que, no Brasil, a educação ambiental foi formalmente instituída pela Política Nacional do Meio Ambiente apenas em 1981, por meio da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.⁷ Posteriormente, em 1987, o governo federal apontou o caráter interdisciplinar da educação ambiental, recomendando sua inclusão em todos os níveis de ensino. A Constituição Brasileira de 1988 também fez menção à educação ambiental, contudo, observa-se seu enfoque limitado

ao ressaltar uma visão eminentemente ecológica e dissociada de sua dimensão pedagógica.⁸

Esta estrutura jurídico-legislativa resultou de distintas ações em favor da educação ambiental, espalhadas pelo país, representadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na qual a educação ambiental se encontra prevista no conteúdo curricular na Educação Básica, a partir das questões ligadas ao ambiente, ao corpo e à saúde.²⁵ A questão ambiental também foi inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais, sob o tema transversal “Meio Ambiente.”¹⁰

Apesar de esses documentos legais estarem indicando a importância da abordagem dos assuntos relacionados ao ambiente, em todos os níveis de ensino; e, de no contexto universitário investigado, os acadêmicos terem considerado importante incluir a temática desde o ensino infantil, são raros os cursos de graduação que incluem efetivamente a educação ambiental em seus currículos, seja por meio de disciplinas específicas; projetos de ensino, pesquisa, extensão; cursos; ou por intermédio de outras iniciativas.¹¹ Esta situação para ser ainda mais recorrente quando se considera a área Educação Física.^{1, 4, 16, 18-19}

Os resultados da presente investigação permitem evidenciar que 86,7% (91) dos acadêmicos acreditam que a universidade na qual estudam não prepara os futuros profissionais para lidarem com os diversos problemas socioambientais. Ainda como confirmação, 29,5% (31) acredita que sua estrutura curricular não contempla nenhuma disciplina e/ou projetos sobre a educação socioambiental e 47,6% (50) não sabem opinar.

Por outro lado, dentre os 22,9% (24) alunos que afirmaram que a estrutura curricular do curso em que estão inseridos contempla disciplinas e/ou projetos sobre educação socioambiental, parece existir articulação da Educação Física com a temática, vislumbrando-se uma perspectiva inovadora no contexto universitário investigado. Nove acadêmicos mencionaram novamente o PMAPI, apresentado anteriormente; dois

Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 2, p. 29-53, abr./jun. 2015.
ISSN: 1983-9030

apontaram uma docente do curso que aborda os assuntos nas disciplinas que ministra; e 17 exemplificaram algumas disciplinas que abordam assuntos da temática socioambiental, tais como: Antropologia e Sociologia da Educação Física (1ª Fase); Ética e Deontologia da Educação Física (1ª fase); Iniciação Esportiva (2ª fase); Materiais, Equipamentos e Instalações Esportivas (2ª fase); Fisiologia Humana (2ª fase); Organização de eventos esportivos (3ª fase); Desenvolvimento Motor (3ª fase); Recreação e Lazer (5ª fase); “Pesquisa e Bioética” (5ª fase); e Tópicos Especiais em Esportes de Aventura e na Natureza (8ª fase).

É possível notar que, muitas vezes, os alunos não percebem que o tema está efetivamente incluído em seu curso de formação inicial, haja vista que alguns acadêmicos puderam exemplificar várias disciplinas nas quais assuntos relacionados ao ambiente são abordados, bem como outras iniciativas dedicadas exclusivamente ao tema. Tavares¹⁸ aponta que os profissionais que atuarão diretamente com o movimento humano, tais quais os Bacharéis em Educação Física, devem fazer parte do estado atual e emergente que abarca a cultura do movimento e que tem como fundamentação precípua à dimensão ambiental. Nesse sentido, o autor compreende que o currículo dos cursos de formação inicial nessa área poderiam ser mais bem explorados a partir da aproximação da Educação Física com a realidade socioambiental, valorizando as diferentes formas de interação da vida com o ambiente, transcendendo-se os modelos de formação nessa área eminentemente reprodutivos e técnicos.

Contribuindo com essa discussão, ao compreenderem a cultura de movimento e sua relação com a natureza, Mendes e Nóbrega²⁶ afirmam que essa temática pode contribuir significativamente com os conteúdos da Educação Física, ao valorizar as singularidades de cada comunidade, problematizando os contextos sociais e culturais com possibilidade de despertar a reflexão e a elaboração de sugestões para as problemáticas identificadas sobre as diversidades, as aproximações e as diferenças com suas realidades, para além de contribuir com novas formas de interação e comunicação entre os envolvidos. Nessa direção, Morin²⁷ aponta que é preciso criar condições de relação entre as pessoas, com elas mesmas e com o próximo, a fim de aproximar e integrar o ser humano com o ambiente.

Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 2, p. 29-53, abr./jun. 2015.
ISSN: 1983-9030

Para o autor, no contexto da Educação Física, isso pode ser obtido por meio de uma educação baseada em distintos saberes, desconstruindo e reconstruindo a unidade ser humano-natureza.

Nessa perspectiva, é pertinente investigar se acadêmicos de Educação Física tem interesse pelos assuntos relacionados à temática socioambiental. Neste estudo, 63,8% (67) dos alunos afirmaram ter este interesse, sendo que, dentre eles, 12 apontaram sua preferência por aspectos envolvendo cuidados gerais com o ambiente em que vivem; 28 descreveram que se interessam por assuntos sobre reciclagem, reaproveitamento de materiais e sobre separação correta dos resíduos; 14 por temas como consumo/desperdício de energia elétrica, de água e/ou de papel; e 10 acadêmicos ainda apontaram interesse por assuntos diversos, envolvendo poluição da água de rios e praias; poluição do ar; construções irregulares em Áreas de Preservação Permanente; produtos tóxicos; reaproveitamento da água da chuva; energia solar; ecologia; áreas verdes; replantação.

Para além das questões eminentemente socioambientais, 13 participantes do estudo manifestaram interesse pelas relações que podem ser estabelecidas entre a temática em questão e a sua área de estudos/formação/atuação profissional e/ou pela aplicação prática dos assuntos no seu dia-a-dia e na comunidade, ou ainda no ambiente em que estão inseridos. Esses acadêmicos exemplificaram projetos socioeducativos de educação ambiental; reutilização de materiais para serem utilizados em atividades físicas; projetos para serem desenvolvidos nas escolas; estratégias para sensibilizar as pessoas a adotar atitudes favoráveis ao ambiente na universidade; entre outros.

Estes resultados remetem às diferentes possibilidades de inter-relações da intervenção profissional em Educação Física com o ambiente natural. Assim como Marinho e Inácio¹⁹, enfatiza-se a importância de focalizar a reflexão sobre a ligação da Educação Física com o ambiente. Os exemplos apontados pelos participantes do presente estudo apontam para um estreitamento significativo dessa relação no movimento de reencontro dos seres humanos com a natureza.

Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 2, p. 29-53, abr./jun. 2015.
ISSN: 1983-9030

Utilizando principalmente do exemplo das atividades de aventura na natureza, Marinho,⁴ aponta que a Educação Física pode por meio da experiência no meio natural (ou seja, fora das quadras de cimento, dos ginásios poliesportivos, das piscinas, dos campos de futebol, etc.), potencializar suas estratégias de ação para desenvolver, nos alunos, suas habilidades motoras, capacidades físicas e, até mesmo, muitos fundamentos esportivos específicos. As atividades podem, assim, ser utilizadas para satisfazer uma variedade de objetivos educacionais, oportunizando diferentes níveis de desenvolvimento (coletivo, pessoal, cognitivo, físico, etc.), podendo, da mesma forma, serem utilizadas como atividades de lazer, com fim nelas mesmas.

Nessa perspectiva, a autoria acredita na necessidade de que os conteúdos dos cursos de formação inicial em Educação Física sejam repensados e reformulados, privilegiando esta nova demanda relacionada à natureza. A temática ambiental salienta a emergência de uma nova inquietação referente à necessidade de novos aprendizados para a atuação profissional nessa área, especialmente no sentido de requerer um repensar sobre o ambiente a partir de três principais aspectos interdependentes: a prática, a conservação ambiental e o processo educativo.⁴

Referindo-se a formação profissional, a maioria 84,9% (89) dos acadêmicos considerou que as informações sobre a temática socioambiental são importantes para melhorá-la. Apenas 9,5% (10) acham que as informações que já dispõem sobre a temática são suficientes; 2,9% (3) acreditam que o tema não é fundamental para sua formação; e 2,9% (3) consideram que a atividade que exercem não possui ligação com os assuntos socioambientais.

Também considerando a possibilidade de mediação pelas atividades de aventura na natureza, Marinho e Inácio¹⁹ apontam como fértil a relação ser humano-natureza, ressaltando a Educação Física como campo do conhecimento que ocupa uma posição privilegiada para as mais diversas intervenções nesse segmento em plena emergência. Os autores acreditam que os profissionais dessa área devem conhecer as possibilidades que

tais atividades na natureza oferecem desde sua formação, destacando o importante papel da educação ambiental.

Na presente investigação, poucos acadêmicos 30,5% (32) são a favor de uma disciplina específica sobre o assunto na grade curricular e 40% (42) preferem que os professores abordem o assunto em todas as disciplinas. Em contrapartida, a maioria 61% (64) gostaria que a temática socioambiental fosse abordada em cursos e projetos da universidade pública que estudam, ou no contexto dos laboratórios de pesquisa, 21% (22). Apenas 4,8% (5) acreditam não ter necessidade da inserção do tema no curso de Bacharelado em Educação Física.

A universidade, segundo Noal,²⁸ ao trabalhar os conteúdos de forma fragmentada e isolada de um contexto sistêmico, perde a capacidade de pensar os problemas concretos se afastando cada vez mais da realidade que está em processo constante de mutação. Na mesma perspectiva, Silva et al.²⁹ apontam que a especialização de um conhecimento é a forma de tornar o homem mais lúcido de um objeto de estudo, contudo, distancia-se da ideia de sua relação com o todo, onde não se deve desconsiderar o contexto situado ou compreendê-lo apenas por um viés. Os mesmos autores afirmam que a complexidade do ser humano está interligada nas formas de relacionamento com o mundo. Por isso, vivências práticas no ambiente natural, por exemplo, se inseridas nos cursos graduação, poderiam contribuir com a formação integral do ser humano, despertando novas formas de pensar e agir, frente à realidade socioambiental na qual se intervirá profissionalmente.

Os acadêmicos do presente estudo também foram indagados se sentem incomodados com determinados problemas ambientais (poluição da água; do ar; sonora; visual; e lixo não acondicionado) do ambiente universitário no qual estudam. O problema do lixo não acondicionado é o que mais incomoda os acadêmicos, 75,3% (79); seguido pelos problemas de poluição da água, 62,8% (66); sonora, 57,1% (60); do ar, 48,6% (51); e visual, 39% (41).

Para além do grau de incômodo com esses problemas, também se questionou os danos que os próprios acadêmicos percebem causar ao ambiente universitário. 62,9% (66) deles consideram que não os causam e apenas 14,3% (15) identificaram danos causados. Este resultado pode estar relacionado ao fato de a maioria dos acadêmicos, 85,7% (90), ter afirmado estar fazendo algo em cuidado com o ambiente em que estudam.

Conforme ressaltam Marinho e Inácio,¹⁹ a compreensão dos problemas ambientais é uma construção social, situada em uma variedade de experiências. No contexto dessas experiências, Fernandes et al.¹⁴ defendem que a educação ambiental pode despertar uma maior responsabilidade e respeito dos indivíduos em relação ao ambiente em que vivem, garantindo um futuro com mais qualidade de vida para todos.

Apesar dessas discussões que remetem a ideias de ações para cuidar do ambiente (que fazem parte e que o constituem como seres humanos), 67,6% (71) dos participantes deste estudo não identificam ações que poderiam sugerir em termos de melhorias das condições socioambientais da universidade em que estudam. Dentre os 32% (34) dos acadêmicos que as identificaram, nove sugeriram ações de conscientização por meio de projetos, palestras, discussões e outras iniciativas voltadas a acadêmicos e/ou à comunidade. Conforme descrevem alguns destes alunos: *“acredito que essas ações estão mais relacionadas à conscientização dos alunos e da comunidade sobre limpeza, conservação, cooperação e respeito”*; *“atitudes tanto de professores quanto de alunos, como cuidar e reciclar o lixo, apagar as luzes, ar condicionado. Inclusive, propor e executar atividades semelhantes às do Projeto de Ensino Meio Ambiente por Inteiro, mas de preferência fora da faculdade, como em praias, trilhas, parques, etc.”*.

Ainda, seis acadêmicos sugeriram adequações arquitetônicas na universidade para melhor aproveitamento da iluminação natural do dia, como implantação de equipamentos para produção de energia a partir da luz solar; janelas de vidro; e sensores de movimento que ascendem as luzes quando há pessoas no espaço e desligam quando não há; e dez alunos apontam ser necessário destinar atenção aos resíduos produzidos e à reciclagem, sugerindo

maior quantidade de lixeiras na universidade com identificação do resíduo que deve ser depositado, inclusive dentro das salas de aula. Há também acadêmicos que descreveram ações relativamente mais simples, como substituir a utilização de copos plásticos por canecas (2) e utilizar menos papel, dando preferência ao envio de arquivos por e-mail (2).

Ações como estas, sugeridas pelos acadêmicos do curso de Bacharelado em Educação Física, podem ser pontos de partida para a consolidação de oportunidades de interlocução entre diferentes pessoas e interesses, aqui, em especial, no ambiente universitário. Por outro lado, se forem desenvolvidas isoladamente muito provavelmente não repercutirão nas mudanças necessárias que se fazem neste contexto educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados encontrados neste estudo, conclui-se que a maioria dos acadêmicos do curso de Bacharelado em Educação Física considerou ter hábitos favoráveis ao ambiente universitário no qual estão inseridos, pois percebeu separar os resíduos produzidos, causar poucos danos e desenvolver ações para zelar por esse ambiente, por exemplo. Por outro lado, alguns reproduzem hábitos desfavoráveis, tal como manter as luzes acesas, em diferentes espaços universitários, em momentos do dia nos quais a iluminação natural seria supostamente suficiente, justificando suas atitudes com base nas condições arquitetônicas da universidade. Para, além disso, embora a maior parte dos estudantes tenha apontado interesse pelos assuntos da temática socioambiental, bem como pela participação em iniciativas (cursos, palestras, eventos, etc.) que abordem o tema, muitos desacreditam que a universidade os está preparando para lidar com o tema.

Portanto, acredita-se que para a construção e o incentivo da educação ambiental na universidade, aqui especificamente nos cursos de formação inicial em Educação Física, é necessário dar voz aos acadêmicos e, principalmente, conhecer seus interesses, necessidades e hábitos. Para tanto, é preciso também que os acadêmicos percebam que vale a pena contribuir e reflitam sobre suas percepções e atitudes acerca de determinado contexto socioambiental.

Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 2, p. 29-53, abr./jun. 2015.
ISSN: 1983-9030

Embora sejam reconhecidas as limitações desta pesquisa, especialmente no sentido de não aprofundar e/ou incluir todas as possibilidades de hábitos e percepções referentes às questões socioambientais, destaca-se seu caráter pioneiro na área da Educação Física, acreditando-se em suas possíveis contribuições para o desenvolvimento da temática em questão. Para maior compreensão das inter-relações existentes entre educação socioambiental, Educação Física, hábitos e percepções sobre o ambiente, sugere-se a realização de outros estudos que explorem essas possibilidades em outros contextos culturais e sociais.

REFERÊNCIAS

¹INÁCIO, H. L. D.; MORAES, T. M.; SILVEIRA, A. B. Educação física e educação ambiental: refletindo sobre a formação e atuação docente. **Conexões**: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 11, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2013.

²MARINHO, A.; SANTOS, P. M.; FARIAS, G. O. Competências e formação profissional: reflexões sobre um projeto de ensino. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 46-54, jul./set. 2012.

³JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

⁴MARINHO, A. Atividades na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades. **Motrivivência**, Florianópolis, ano 16, n. 22, p. 47-70, jun. 2004.

⁵REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

⁶SORRENTINO, M. Desenvolvimento sustentável e participação: algumas reflexões em voz alta. In: LOUREIRO, F. B.; LAYARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p. 15-21.

Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 2, p. 29-53, abr./jun. 2015.
ISSN: 1983-9030

⁷BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1981.

⁸BRASIL. Constituição (1988). Cap. 6: Meio Ambiente, Art. 225. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988.

⁹BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1996.

¹⁰BRASIL. Ministério da Educação e Cultura **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997.

¹¹SORRENTINO, M.; NASCIMENTO, E. P. Universidade e políticas públicas de educação ambiental. **Educação em Foco**, Juíz de Fora, v. 14, n. 2, p. 15-38, set. 2009/fev. 2010.

¹²SORRENTINO, M. Portas, chaves e restaurantes. In: SIMPÓSIO SUL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1., 2002, Erechim. **Anais...** Erechim: EdiFAPES, 2002. v. 1. p. 91-99.

¹³FERNANDES, R. S.; PELISSARI, V. B. Percepção ambiental dos alunos da Faculdade Brasileira - UNIVIX, Vitória, ES. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 7., 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas e Universidade de São Paulo, 2003. v. 7. p. 1-3.

¹⁴FERNANDES, R. S. et al. Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba: ANPPAS, 2004. v. 2. p. 1-15.

Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 2, p. 29-53, abr./jun. 2015.
ISSN: 1983-9030

¹⁵SILVA, A. D. V. et al. Percepção ambiental como ferramenta para processos de Educação ambiental na universidade. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 27, p. 1-21, jul./dez. 2011.

¹⁶DOMINGUES, S. C.; KUNZ E.; ARAÚJO, L. C. G. Educação ambiental e educação física: possibilidades para formação de professores, **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 559-571, jul./set. 2011.

¹⁷BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução nº 7, de 1 de março de 2004: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2004.

¹⁸TAVARES, F. J. P. A Educação ambiental na formação de professores de Educação Física: uma emergente conexão. **Lecturas, Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, ano 9, n. 61, p. 1-5, jun. 2003.

¹⁹MARINHO, A.; INÁCIO, H. L. D. Educação física, meio ambiente e aventura: um percurso por vias instigantes. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 55-70, maio 2007.

²⁰SANTOS, P. M. et al. Meio ambiente por inteiro: apresentando um projeto de ensino. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 17., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: CBCE, 2011. v. 17. p. 1-8.

²¹SANTOS, S. G.; GHELLER, R. G. Construção e validação de instrumentos para coleta. In: SANTOS, S. G.; MORETTI-PIRES, R. O. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa aplicada à Educação Física**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012. p. 195-206.

²²BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 2, p. 29-53, abr./jun. 2015.
ISSN: 1983-9030

²³FLORIANÓPOLIS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n° 003/2011**, aprova a reforma curricular do Curso de Bacharelado em Educação Física, do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte - CEFID da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, nos termos do Projeto Pedagógico constante do Processo n° 4533/2010. Florianópolis, 2011.

²⁴BRASIL. Resolução n° 4, de 6 de abril de 2009: dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2009.

²⁵BRASIL. Resolução n° 2, de 30 de janeiro 2012: define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2012.

²⁶MENDES, M. I. B. S.; NÓBREGA, T. P. Cultura de movimento: reflexões a partir da relação entre corpo, natureza e cultura. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 1-10, jun. 2009.

²⁷MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. (Org.). **Para navegar no século XXI**. Porto Alegre: Sulina: Edipucrs, 2000. p. 13-36.

²⁸NOAL, F. O. Ciência e Interdisciplinaridade: interfaces com a Educação Ambiental. In: SANTOS, J. E.; SATO, M. (Org.). **A Contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. 3. ed. São Carlos: Rima, 2006. p. 369-387.

²⁹SILVA, P. P. C. et al. Relação ser humano-natureza: reflexão e desafio da educação física. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 14, n. 3, p. 1-13, set./dez. 2011.

Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 2, p. 29-53, abr./jun. 2015.
ISSN: 1983-9030

Recebido em: 27 jun. 2014
Aceito em: 15 maio 2015
Contato: priscilamarisantos@hotmail.com

Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 2, p. 29-53, abr./jun. 2015.
ISSN: 1983-9030